



ACERTANDO A TEORIA: Serviço Social, gênero e a rede de enfrentamento à violência contra a mulher

Brenda Fante da Paixão¹

RESUMO: O estudo aqui apresentado tem seu escopo nas políticas sociais de enfrentamento à violência contra a mulher, entendidas a partir da concepção de articulação em rede. Assumindo a dimensão da *práxis* como norteadora para o Serviço Social, o objetivo central consiste em investigar como a pressuposta relação dialética entre conhecimento e prática opera no âmbito da intervenção profissional das assistentes sociais que atuam na esfera das políticas públicas de gênero, de modo a inferir sobre os contrassensos epistemológicos, os limites e as potencialidades dessa atuação. Para tanto, faz-se uso de fontes orais coletadas em um estudo de caso realizado em uma Ong no interior de São Paulo. Em termos metodológicos, recorre-se a análise de conteúdo das entrevistas, a qual é posta à luz das categorias *sexo* e *gênero* enquanto chaves analíticas.

Palavras-chave: Serviço Social; Políticas Públicas; Gênero.

1. Introdução

Se haviam dúvidas a respeito do lugar ocupado pela desigualdade sexual no cenário conjuntural da realidade social brasileira, o Anuário da Segurança Pública desenha: segundo o documento, o ano de 2018 deixou consigo 1.206 vidas que, “*por razões da condição de sexo feminino*”², foram hediondamente transformadas em estatísticas. Destas, 61% eram mulheres negras e 70,7% possuíam escolaridade até o ensino fundamental. Quando cruzados, esses dados permitem tatear as especificidades da violência contra a mulher brasileira, que se molda a uma sociedade transversalmente racializada e cuja estrutura econômica situa-se no polo periférico do capitalismo. Em comum, 88,8% dos casos têm o vínculo com o autor, identificado como companheiro ou ex-companheiro da vítima.

Com aumento de 4% em relação ao ano anterior, o feminicídio deixa rastros. Ao segui-los, é possível compreender que, longe de ser uma violência em si mesma, trata-se da expressão máxima de uma violência sistêmica que se faz presente no cotidiano das mulheres brasileiras sob uma pluralidade de meios, instrumentos e disfarces. Cruéis e dolorosos, esses rastros se materializam em números que

¹ Mestranda do PPGH/UDESC e graduanda de Serviço Social pela UFSC. Email: fantebrenda@gmail.com

² Lei de tipificação do feminicídio (Lei nº13. 104, de 9 de março de 2015).



anunciam que, a cada dois minutos, um novo registro de violência doméstica é feito e, a cada 24 horas, 180 novos casos de estupro são colocados na conta da Segurança Pública sob a tipologia de violência sexual. Das estatísticas que gritam que a cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é violentada sexualmente ao recorde de 66.041 estupro no ano de 2018, pinta-se um quadro de violência que inicia, acompanha e, muitas vezes, interrompe a vida das mulheres em todas as suas fases e esferas.

O artigo aqui apresentado busca visualizar como o Serviço Social, enquanto categoria profissional cuja ambiência de atuação é envolta tridimensionalmente por esses encaixes, articula o aparato teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão ao confrontar-se com essas violências; e, nesse sentido, pensar em que medida o Serviço Social, construído majoritariamente pelo sexo feminino, é *afetado por* e, dialeticamente, *afeta* – positivamente ou não – a processualidade da desigualdade sexual³ enquanto realidade social brasileira. Assumindo como esqueleto do corpo textual o conceito marxista de práxis para se pensar a unicidade visceral entre teoria e prática (SANTOS; PINI, 2013), entende-se os espaços sócio ocupacionais de atuação profissional inseridos nos múltiplos serviços que, amparados por políticas sociais, respondem a essas questões, como um ponto focal de análise privilegiado para verificar o movimento dialético desta união.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo geral exposto acima, foram delimitados dois objetivos específicos que são desenvolvidos, respectivamente, nos dois tópicos que compõe o desenvolvimento do trabalho em tela. O primeiro deles consiste em pincelar as fronteiras teóricas, metodológicas e epistemológicas que delimitam as possibilidades para pensar as relações de gênero no campo do Serviço Social. Para tanto, utilizou-se o instrumento qualitativo do estado da arte do tema de gênero no Serviço Social para situá-lo em relação à orientação teórico-metodológica consolidada da profissão. Já o segundo deles, por sua vez, volta-se para a dimensão empírica no intuito de captar os desdobramentos das concepções teórico-metodológicas das relações de gênero, aprofundadas no tópico precedente, na intervenção de assistentes sociais. Metodologicamente, recorreu-se à análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas com dois profissionais de uma ONG localizada em Campinas -SP, coletadas em ocasião de um estudo de caso realizado no ano de 2017. A natureza dos dados, oriundos de uma instituição não governamental com particularidades significativas, justifica a utilização do conceito de “rede de enfrentamento”⁴ para se pensar políticas sociais.

³ O termo *processualidade* aqui foi utilizado no sentido marxista de entender as relações sociais a partir da sua inscrição em uma processualidade histórica.

⁴ Conceito apresentado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) como uma ação articulada entre diversos órgãos e instituições de diferentes instâncias – municipal, estadual, federal, não-governamental – no combate à



2. O debate de gênero no Serviço Social: uma encruzilhada epistemológica

“If you want to change the world, you need to get your theory right.” (Ramazanoglu, 1989, p. 12).

Se você quer mudar o mundo, precisa acertar a sua teoria. Traduzida para o português desta forma, o excerto da pesquisadora feminista Caroline Ramazanoglu transmite uma retórica muito cara à proposta ética e política do Serviço Social enquanto categoria profissional e acadêmica emancipatória⁵. Reproduzida através de outros léxicos e semânticas, noção semelhante foi levantada por Yolanda Guerra sob o jargão “*ousar saber para ousar transformar*” (GUERRA, 2009 p.17) quando, ao discutir o “estatuto da maioria intelectual” que a profissão foi adquirindo com o aprofundamento da pesquisa científica, a autora evidencia a dimensão investigativa, perpassada pela dialética da teoria e prática, como um elemento *sine qua non* das competências profissionais de assistentes sociais.

Não é decorativa, portanto, a citação que inspira o título deste artigo. Do contrário, Ramazanoglu cumpre o papel de sintetizar previamente a mensagem que se pretende alçar aqui ao entrelaçar Serviço Social e gênero. Mais do que isso, a escolha da autora, cujas obras concentram-se em torno de uma epistemologia e metodologia de pesquisa feminista, vai de encontro com o objetivo específico deste tópico, já que ambos partem de uma preocupação com a rigorosidade científica no pensar das questões de gênero enquanto análise social transformativa. Situar o debate em um campo de conhecimento específico como o Serviço Social facilita o desafio, o que pode ser explicado pelo processo de renovação presente na narrativa hegemônica da trajetória profissional, a qual destaca a década de 1970 como um ponto de inflexão dos paradigmas que regiam a profissão que, dentre outras ressonâncias, leva o Serviço Social a uma aproximação, hoje consolidada, com a tradição marxista. Da biblioteca básica do Serviço Social⁶ aos temas das edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), é perceptível uma escolha canônica em adotar o marxismo como método de análise, conformando um lugar social de produção (CERTEAU, 1975)⁷ que media a legitimidade dos estudos da área partir da interação entre os pares.

Em que pese à ausência de cientificidade, o dito popular segundo o qual toda escolha

violência contra a mulher.

⁵ Art. I do Código de Ética dos Assistentes sociais de 1993.

⁶ Coleção organizada pela Editora Cortez (São Paulo).

⁷ Embora Michel de Certeau tenha sido historiador e, portanto, o conceito de “lugar social” se refira à escrita da história especificamente, acredita-se que a ideia central contida nele transcende as especificidades da história e se aplica a demais campos de produção do conhecimento. Ler “A escrita da História” (CERTEAU, Michel de. 1975).



pressupõe uma renúncia é emblemático da reflexão a ser conduzida. Consolidar o marxismo como orientação teórico- metodológica do Serviço Social implica, por silogismo disjuntivo, delimitar algumas fronteiras que demarcam possibilidades direcionais para se criar estudos e análises sobre diferentes fenômenos tocantes à área. Se o Serviço Social é orientado pelo marxismo, é crucial entender onde, epistemologicamente, as bases deste último estão situadas: com quais epistemes dialogam, quais incorporam e à quais se opõem. Tal delimitação, como é esperado, não se dá por imposição direta, mas sim pela premissa científica da coerência. Assim, se o marxismo é materialista, uma teoria que partisse do idealismo para explicar fenômenos sociais enfrentaria dificuldades para se legitimar no campo do Serviço Social, já que utilizaria uma base metodológica incompatível com a orientação própria da área.

Quando transpomos a discussão para o “gênero”, a lógica não poderia ser diferente. Sendo a um só tempo um conceito, uma categoria analítica e um campo de estudos, a palavra *gênero* aparece vinculada a uma pluralidade de vertentes intelectuais, cada qual dialogando com métodos e abordagens teóricas distintas. Mais do que isso, em se tratando de interpretações que caminham na via contra hegemônica de uma organização societária milenar, as leituras de realidade e as expectativas de futuro produzidas a partir disso estão circunscritas a um campo politicamente conflituoso em torno de um projeto em aberto de sociabilidades. Pensando nisso, formulou-se a hipótese de que o Serviço Social, dispondo do materialismo histórico dialético como bússola, não se desorientaria neste labirinto teórico composto por um emaranhado de caminhos possíveis.

Uma breve análise do estado da arte sobre gênero no Serviço Social, no entanto, sinaliza um contrassenso epistemológico onde confluem teorias e métodos que são, por essência, excludentes entre si. Para dar corpo à análise que leva a esta conclusão, optou-se por desenvolvê-la em torno de dois eixos, onde o primeiro consiste em um balanço das produções acadêmicas concentradas na área sobre o tema e o segundo, por sua vez, corresponde ao posicionamento do Serviço Social⁸ enquanto categoria profissional frente aos temas que tangenciam gênero. Com relação ao segundo eixo, tomou-se como fonte as publicações da seção “CFESS Manifesta”, presente no site do Conselho.

⁸ É evidente que o Serviço Social, concretamente, são os *assistentes sociais*. No entanto, considera-se necessária a abstração do Serviço Social enquanto categoria analítica. Aqui, o “Serviço Social” é analisado, categoricamente, 1) pelo corpo de pesquisadoras da área e 2) pelo CFESS. O primeiro se justifica pelo impacto que operam na relação dialética entre teoria e prática que atravessa todas as demais dimensões do fazer profissional, e o segundo pela dimensão ético-política.



2.1 O que tem o Serviço Social a dizer sobre gênero?

Que o Serviço Social é uma profissão “de mulheres para mulheres”, a historiografia da profissão, bem como os estudos sobre o perfil profissional, já demonstrou. Iamamoto e Carvalho (1982), no clássico “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, destrincharam o significado social do Serviço Social no capitalismo, evidenciando o papel da igreja católica nesse processo. A partir disso, por um minuto, são dispensáveis referências para explicar a relação entre a gênese católica do Serviço Social e gênero: é sabido do senso comum à academia, por via da defesa ou da crítica, o papel da igreja na manutenção e reprodução de papéis sociais ditos femininos e masculinos. Da laicização da profissão ao processo de reconceituação para o viés crítico, as mulheres ocupam ativamente o Serviço Social, o que implica a necessidade deste marcador sexual ser aprofundado para que se apreenda, em sua completude, o “*significado social da profissão no capitalismo*” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2008 p. 71).

Falar de gênero no campo do Serviço Social, pois, não se trata de um recorte, de um tema acessório ou uma análise de políticas focais. Fosse gênero uma categoria dispensável e, portanto, facultativa ao Serviço Social, a presença majoritariamente feminina na história da profissão não seria um dado bruto. Em um mesmo sentido, se a profissão desempenha um “significado social” no capitalismo, torna-se imprescindível reconhecer que este significado não se realiza se não em companhia de um *significante* e que este, por sua vez, é expresso na figura do sexo feminino das assistentes sociais.

Não obstante o marcador de gênero ser historicamente constitutivo da profissão, as raízes e consequentes implicações deste fato ainda despertam interesse incipiente. Segundo Rita de Lourdes Lima (2012), as disciplinas voltadas para a temática de gênero são preponderantemente enquadradas no caráter de eletivas, não sendo, portanto, constitutivas do currículo obrigatório para a formação. Além disso, concentram-se nos semestres finais, o que indica o ensino desassociado de gênero como elemento basilar da gênese, desenvolvimento e constituição da profissão. A autora chama atenção, ainda, para o prejuízo daqueles que, por estarem nas fases finais, já encerraram o estágio, perdendo a oportunidade de trabalhar o tema neste espaço-tempo privilegiado de aprendizagem.

O lugar subalterno que o ensino de gênero ocupa nos currículos obrigatórios dos cursos de Serviço Social do Brasil auxiliam a compreensão do compilado de dados apresentados no trabalho “O estudo da arte sobre gênero no Serviço Social”, de Daiane Dias. Analisando duas revistas de Serviço Social de ampla circulação nacional e com indicadores de qualidade máximos de acordo com as



normas da CAPES, constatou-se, em ambos os casos, uma porcentagem inferior a 5% de publicações abordavam gênero, dado que se mostra incompatível com a urgência do tema no Brasil, país que ocupa o quinto lugar⁹ no ranking das maiores taxas de violência contra a mulher. Destas publicações, no tocante à orientação teórico- metodológicas das discussões acerca do entendimento de gênero, especificamente, Dias sinaliza uma aproximação com debates fomentados pela segunda onda do feminismo (DIAS, 2014 p. 129), o que indica coerência com a proposta do materialismo histórico dialético como base do curso. No entanto, não se trata de um posicionamento declarado *a priori* por parte das autoras:

Nos textos há uma preocupação em distinguir sexo de gênero ao abordar as diferenças observadas no comportamento e nas relações entre homens e mulheres sem, no entanto, anunciar a partir de que leitura teórica é construída. (DIAS, 2014 p. 129).

Comportamento semelhante ao supracitado foi observado nas publicações do CFESS que compõe o segundo eixo de análise. Publicado online e, em geral, com a intencionalidade de afirmar um posicionamento frente à alguma questão, o CFESS Manifesta possui um acervo com 168 publicações, sendo a primeira datada de 2004 e a última, por sua vez, de agosto de 2019. Da referida totalidade, 27 textos abordam diretamente temas referentes à desigualdade sexual, gênero e sexualidade, o que representa 16,07% das publicações totais¹⁰. Esta porcentagem está distribuída em publicações com pautas como o Dia Internacional das Mulheres; contra o aborto; contra a exploração sexual de crianças e mulheres; pelas visibilidades lésbicas e trans, dentre outros. A partir de uma leitura orientada, buscou-se captar a presença de palavras-chave dos estudos de gênero na íntegra dos textos para verificar se haviam termos, citações e referências recorrentes que poderiam dar pistas de um posicionamento teórico padrão - ou, pela via oposta, desvios de teoria significativos entre si.

Como resultado, observou-se o uso majoritário da expressão “identidade de gênero” para caracterizar diferentes manifestações da relação desigual entre homens e mulheres. Quando investigada a origem da expressão no âmbito dos estudos das relações entre homens e mulheres, é possível vinculá-la às vertentes teóricas pós-estruturalistas, utilizado comumente como forma de remeter “à *constituição do sentimento individual de identidade*” (GROSSI, 1998 p.8). Observa-se, assim, que ao contrário ao que ocorre no âmbito das pesquisas acadêmicas onde, conforme elucidado por Dias nos parágrafos acima, há uma aproximação com o feminismo materialista de segunda onda, nas

⁹ Segundo dados do Mapa da Violência de 2015.

¹⁰ Por se tratarem de temas que se interseccionam com outros, é possível que a porcentagem seja maior. Para o cálculo, foram consideradas as publicações que explicitavam estes elementos no título.



publicações do CFESS Manifesta essa aproximação não é imediata.

Evidencia-se, sobretudo, uma confluência epistemológica onde o entendimento de gênero é posto na chave da opressão feminina enquanto materialidade histórica, reconhecendo-o enquanto um mecanismo ideológico que naturaliza a opressão sexual, ao mesmo tempo em que se mantém o uso do termo “identidade de gênero” em seu sentido desconstrutivista e, portanto, pós-moderno. Embora tenha sido recorrente o uso do termo ao longo das publicações, em nenhum dos textos a expressão foi devidamente conceituada. Em contrapartida, dado importante é a constatação de que, além de “identidade de gênero”, em alguns textos foi cunhada a expressão “identidade de gênero trans” ou “identidade trans” unicamente. Neste último caso, em apenas um dos textos foi citada referência para o conceito:

Partimos do entendimento de que a identidade de gênero trans não é expressão de uma ‘performance’ (Butler, 2003), mas expressão de construções sócio históricas que marcam a singularidade de indivíduos que não se reconhecem nos papéis de gênero socialmente instituídos como masculino e feminino. (CFESS, 2013)

Analisando o fragmento, é possível reconhecer uma tentativa de afastamento teórico das propostas analíticas *queer* de gênero, rejeitando a noção de performance em detrimento de uma avaliação que frisa uma perspectiva de *imposição social* e não de identidade individual. Reitera-se, no entanto, que não se oferece, ao longo do texto, uma defesa explícita de com qual conceito se trabalha e com quais teorias dialoga para formular o argumento que orienta o manifesto, fato que coaduna com o observado no âmbito acadêmico.

A contradição se acentua quando, no caderno de número quatro da série “assistente social no combate ao preconceito”, o CFESS manifesta uma explicação de todo desconstrutivista sobre sexo/gênero: “O que defendemos (a partir de muitos estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais), é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos nossos corpos e ao que eles fazem”. (CFESS, 2015). Embora ao longo do texto toda a única referência explícita seja às “ciências sociais” de forma absolutamente genérica, fica sublimada a proximidade com a Teoria Queer, principalmente ao levar a desconstrução proposta no pensamento de Derrida em suas máximas consequências ao suprimir as distinções entre as categorias analíticas de sexo e gênero, tal como Judith Butler, autora legitimada no campo dos estudos *queer*, defende em sua obra “Problemas de gênero”. (BUTLER, 2010).

À primeira vista, a discussão envolvendo a terminologia nos estudos de gênero pode soar exagerada e irrelevante. Considera-se, no entanto, de suma importância a consciência de que elas



emergem imbricadas em uma rede de relações epistemológicas que possuem embates e contradições importantes, à nível científico e político. Segundo Gayle Rubin:

A literatura acerca das mulheres – tanto a feminista quanto a antifeminista – é uma longa reflexão sobre a questão da natureza e da gênese da opressão e da subordinação social das mulheres. Essa questão não é banal, visto que as respostas dadas a ela são decisivas para o modo como vemos o futuro, assim como para se aferir se a esperança de uma sociedade sexualmente igualitária algo que consideramos realistas ou não. Além disso, é importante notar sobretudo que a análise das causas da opressão das mulheres constitui a base de qualquer avaliação do que deveria ser modificado para tornar possível uma sociedade sem hierarquia de gênero (RUBIN, 1993)

Longe de objetivar adentrar na discussão epistemológica *per se* destes contrassensos, este tópico buscou unicamente identificar e pautar a existência de um caminho em aberto para o Serviço Social quanto ao uso do conceito, categoria e estudos de gênero. Acredita-se que o desalinhamento entre a orientação teórico-metodológica marxista e interpretações de gênero na profissão são oriundas de uma lacuna existente na formação no tocante ao tema, que acaba sendo preenchida por teorias que nem sempre estão em consonância com o materialismo histórico-dialético. No tópico que se segue, verifica-se o impacto prático que esta lacuna opera.

3. “Não há nada mais prático que uma boa teoria”¹¹: a atuação do Serviço Social na rede de enfrentamento à violência contra a mulher

Quando deslocada de seu contexto, a frase que nomeia este tópico pode incorrer à uma série de acusações. No entanto, a depender de como é articulada, revela-se capaz de elucidar conceitos altamente complexos. Aqui, ela é mobilizada enquanto um epílogo do conceito marxista de *práxis*, o qual sustenta, hora nas linhas, hora nas entrelinhas traçadas, a mensagem central que este trabalho enseja manifestar. Se a teoria é a reprodução ideal do real e, dialeticamente, a prática é, portanto, o lugar para onde o pensamento se volta (SANTOS, PINI; 2013 p. 136), neste tópico pretende-se mostrar como a (des)articulação entre a orientação teórico-metodológica materialista do curso e as lacunas explicativa de gênero no Serviço Social, mostradas na seção precedente, reverbera na intervenção profissional de assistente sociais inseridos na rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

¹¹ “Theory is not automatically saving, liberating or revolutionary. It takes on these functions when we ask it to do so and we direct our thinking to this end. According to a phrase that has been attributed to numerous great men (from Lenin to Che Guevara, via Einstein) and, characteristically, not to any woman, **nothing is more practical than a good theory**” (ROMITO, 2008).



Dentre os diversos serviços e atores que compõe a rede de enfrentamento a violência contra a mulher no âmbito das políticas sociais, optou-se por conduzir a investigação a partir de uma organização não governamental localizada no interior de Campinas-SP¹². Tendo realizado 21.482 atendimentos, desde sua fundação em 1980 até 2014, a ONG oferece suporte social, psicológico e jurídico para vítimas de violência de gênero e intrafamiliar. Para realizar a investigação proposta, utiliza-se metodologicamente pequenos trechos de entrevistas coletadas em um estudo de caso da instituição realizado entre 2017 e 2018. Semiestruturadas, as entrevistas buscaram explorar os conceitos norteadores da organização e o entendimento teórico desta acerca de conceitos chaves para compreensão da violência contra a mulher, tais quais *gênero, violência, autonomia e família*.

Ao explicar o conceito de práxis em sua obra “Sociologia de Marx”, Henri Lefebvre desenvolve a tese segundo a qual a decisão teórica pode ser compreendida como a decisão de ação (LEFEBVRE, 1979).

Em um paralelo com a atuação interventiva de assistentes sociais, tal definição mostra-se verdadeiramente aplicável à consolidação da dimensão investigativa como transversal ao saber e fazer profissional. Mais do que nunca, quando se fala de combate às desigualdades sexuais, a teoria e prática possuem uma relação quase simbiótica. O tratamento que se dá a determinado fenômeno depende da perspectiva que se tem dele. As estratégias e táticas de combate a violência contra a mulher possuem múltiplas possibilidades, a depender de qual conceito de violência, gênero e mulher se está sendo utilizado. De forma ilustrativa, a explanação da assistente social que coordenada a ONG estudada a respeito das alterações de nome pelas quais a instituição passou demarcam bem a relação dialética entre decisão teórica/decisão de ação, defendida por Lefebvre:

[...] Ele (o SOS) começou atendendo a mulher, percebeu as mulheres em situação de violência sempre vinha acompanhadas de entes da família, então passou a ampliar seu atendimento a mulher e à família (e essa família inclui as crianças, os adolescentes, os homens, os companheiros) e ‘ação’: então ‘SOS Ação mulher e família. Ação porque só o atendimento implicava desenvolver ações complementares que ajudasse a prevenção dessas famílias para superar ou a parte financeira, ou a parte, vamos, de qualificação profissional, que são atividades que a gente oferecia até então. Cursos de embelezamento e moda, cursos de qualificação profissional, para que as pessoas pudessem superar. (Assistente Social e Coordenadora Técnica entrevistada. Trecho de entrevista, 2018).

¹² Em que pese à pertinência das discussões no bojo do Serviço Social que problematizam o terceiro setor, a escolha da ONG parte de um método interpretativo compromissado com o materialismo que, ao observar a violência contra a mulher no município e as políticas sociais que respondem ao fenômeno, reconhece a atuação historicamente engajada e socialmente legitimada que a instituição, pioneira ao lado do SOS de SP no acolhimento a mulheres vítimas de violência no Brasil, desempenha desde 1980.



Verificou-se, ainda, que essas qualificações estavam inseridas nas áreas de embelezamento e moda, sendo ofertados cursos de cabelereiro, depilação, design de sobrancelha, manicure, corte e costura e arte culinária. O programa tinha como objetivo promover a independência financeira e, conseqüentemente, a autonomia das mulheres usuárias. Segundo a coordenadora técnica do SOS, o programa de cursos profissionalizantes surgiu ao verificar que a falta de qualificação profissional era um problema comum a diversas usuárias. Ficam latentes, assim, duas observações. Primeiramente, o conceito de práxis, ali, se expressa em sua essência mais primordial: a realidade concreta do espaço sócio ocupacional demandou outras formas de atuação que diferiam da originária, o que é incorporado, materialmente, nas estratégias de intervenção e, simbolicamente, no nome da ONG, que passa a incluir outros sujeitos que não apenas a mulher.

No entanto, no movimento de reprodução do *real* para o *ideal*, é possível observar, em segundo lugar, que foi captada apenas a aparência da questão. Como próprio nome sugere, todos eles estão de alguma forma vinculados ao estereótipo feminino, voltado para o cuidado, para a beleza, para a cozinha. Quando questionada a respeito de como foi feita a escolha destes cursos, a coordenadora respondeu que foi mediante a realidade daquelas mulheres. De fato, os cursos oferecidos condizem com a oferta que existirá na sociedade após essas mulheres se desvincularem da ONG; no entanto, trata-se de um encaminhamento que não encara de frente a essência da questão, movimento imprescindível para uma práxis de fato emancipatória. Em linhas gerais, apesar de oferecer a qualificação, o que é indubitavelmente algo positivo, o custo que se tem é a manutenção da padronização dos papéis de gêneros, sendo que as profissões ditas “femininas”, inclusive o Serviço Social, estão em sua maioria em desvantagem. Além disso, se reproduz, principalmente com relação à beleza e moda, o culto de objetificação da mulher. Assim, embora na esfera individual essas mulheres possam vir a romper com a violência a qual sofriam, do ponto de vista *coletivo*, há uma retroalimentação da ideia de feminilidade que, a partir de uma leitura materialista das categorias sexo/gênero (RUBIN, 1993), é entendida como algo extremamente opressivo para as mulheres, fato que é apontado desde os escritos clássicos de Simone de Beauvoir

A lacuna teórica de gênero no Serviço Social pode ser explicitada, a partir desse mesmo caso, na relação implícita na fala da coordenadora entre *autonomia* e *independência financeira*, onde esta última é vista como um meio para se alcançar a primeira. Ora, não é difícil de imaginar o caso de vítimas que, mesmo dispondo de independência financeira, relutam em denunciar o agressor e até mesmo permanecem em um relacionamento conjugal com este. Isso se deve ao *horizonte de possibilidades* disponíveis para ação dessas mulheres que, muitas vezes, se quer enxergam aquilo que estão



passando como uma agressão. Trata-se, portanto, de uma autonomia e *agência imperfeita* (BIROLI, 2013): apesar da independência financeira, não há, de fato, uma emancipação da mulher – que, na lógica de uma práxis transformadora, só pode ocorrer em coletividade.

Nesse sentido, chama-se atenção para o debate teórico-metodológico acerca da intersesionalidade/consubstancialidade que, felizmente, vem ganhando fôlego no Serviço Social. A esse respeito, cita-se a referência, apresentada e traduzida para o português por Mirla Cisne (2014), segundo a qual:

As relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de 'raça', se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (KERGOAT, 2012, p. 126-127).

Em que pese à concordância com a frase supracitada, defende-se, conforme os esforços impelidos na escrita deste artigo, a necessidade do Serviço Social se aproximar, ao menos no decorrer da experiência de formação profissional, da “perspectiva analítica sociológica” de gênero enquanto categoria de análise e conceito, visto que se trata, mais do que visões de mundo, de uma disputa política de projetos de sociedade. Nesse sentido, coloca-se a importância do Serviço Social, conscientemente, se apropriar dessa discussão e, a partir de uma construção dialógica da categoria profissional, posicionar-se de forma coerente com a direção teórico-metodológica e ético-política do curso.

Provoca-se, por fim, uma reflexão em torno da especial predominância do sexo feminino na profissão, o que implica, no âmbito das políticas sociais de gênero, o estabelecimento de uma relação onde *afetar* e *ser afetado* compõe a mesma sentença dialética. Interpretar a outra é investigar a si mesma; desvelar a aparência da outra é despir-se a si própria e encarar o denso esqueleto da própria opressão. É precisamente neste encontro que reside à potência ainda dormente do Serviço Social: nascendo no bojo eclesiástico do patriarcado, há uma antítese em potencial ao, no movimento contraditório da história, um grupo de mulheres tomarem às mãos, profissionalmente, aquilo que lhes foi estruturalmente retirado por este mesmo bojo patriarcal - o conhecimento crítico. Acertar a teoria é, portanto, munir-se da coerência necessária para uma transformação que não ocorrerá se não em meio à contradição.



4. Considerações Finais

O trabalho aqui desenvolvido debruçou-se sobre a relação entre Serviço Social e gênero, a partir da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Tendo como base o conceito de práxis, discutiu-se como a profissão articula suas três dimensões, conforme os marcos regulamentários próprios, ao ter contato com a realidade social da violência contra a mulher. Do ponto de vista teórico-metodológico, observou-se uma inconsistência epistemológica ao comparar as publicações acadêmicas e as manifestações da entidade representativa da profissão. Ao mesmo tempo em que são utilizadas explicações materialistas para explicar a opressão sexual, utilizam-se palavras-chaves que traduzem vertentes pós-modernas do feminismo. Em ambos os casos, notou-se uma tendência de não referenciar as ideais que remetem ao feminismo de segunda onda, o que levanta a hipótese de um projeto de epistemicídio velado. Acredita-se que tanto a inconsistência, quanto a carência de referência, são explicadas por uma lacuna na formação sobre o tema. Na prática, a análise de entrevista concebida em ocasião de um estudo de caso mostrou como a prática profissional, em termos técnico-operativos, cai na fissura deixada pela formação no tocante ao gênero. Com isso, nota-se a indicação de que as políticas sociais que lidam com as questões de gênero, sendo a violência a mais emblemática, trabalham na esfera da aparência, mas falham em operar com a essência, o que possibilitaria a transformação emancipatória coletiva. Conclui-se, em suma, que sendo teoria e prática uma unidade, “acertar a teoria” abre caminhos para uma práxis efetivamente transformadora. Cabe salientar que as análises de entrevistas não podem ser generalizadas para fins de comprovação empírica, mas tão somente para o exercício reflexivo que orienta a discussão.

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2002.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, "raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: Revista Temporalis, nº 28, p. 133- 149 jul./dez. 2014.



**III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 13 e 14 de novembro de 2019**

CFESS. Código de ética do assistente social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 30 de setembro de 2019

_____. *CFESS Manifesta*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

_____. *Transfobia. Série assistente social no combate ao preconceito*. Caderno nº 4. Brasília (DF): 2016. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>>. Acesso em: 30 de setembro e 2019

DIAS, Daiana Nardino. O estado da arte sobre gênero no Serviço Social. Florianópolis: 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128872/330815.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13º anuário da segurança pública, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Direitos sociais e competências profissionais.

CFESS/ABEPSS. GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 24, PPGASUFSC, Florianópolis, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1979.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015. ROMITO, Patrícia. *A deafening silence – Hidden violence against woman and children*. Policy press. University of Bristol, 2008.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo*. (Tradução de Christine Rufino Dabat). Recife, SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Cláudia Mônica; PINI, Francisca. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o Projeto ABEPSS itinerante. *Temporalis* n. 25, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4855/4146>

> Acesso em: 30 de setembro de 2019.